

A RELAÇÃO FINALIDADE EM PORTUGUÊS: TIPOLOGIA E FUNÇÕES

Michel Gustavo Fontes¹

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é descrever a relação Finalidade, em português, com base na organização modular em níveis e camadas da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Focalizando, especificamente, as camadas e as categorias dos níveis envolvidos na formulação (Níveis Interpessoal e Representacional), defende-se que a relação Finalidade pode ser descrita como uma função semântica, no Nível Representacional, como uma função retórica, no Nível Interpessoal, e, por fim, como uma função interacional, no Nível Interpessoal.

Palavras-Chave: construções finais; tipologia; funções; Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

This paper describes Purpose relation in Portuguese based on the modular organization in levels and layers of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). In particular, it focuses the layers and the categories from formulation levels (Interpersonal and Representational Levels) and argues that Purpose relation can be represented as a semantic function, in the Representational Level, as a rhetoric function, in the Interpersonal Level, and as an interactional function, in the Interpersonal Level.

Key words: purpose constructions; typology; functions; Functional Discourse Grammar.

Introdução

Este trabalho² toma, como objeto de estudo, a relação Finalidade em português. Especificamente, não se restringe a análise aqui apresentada aos casos que, na tradição linguística, vêm sendo abordados como subordinação adverbial final, mas compreende-se tal relação de uma maneira mais ampla: como a articulação entre uma oração com matiz de finalidade ou de propósito e um segmento textual nuclear que pode corresponder a uma única oração ou a uma porção menor ou maior que a própria oração. Dessa forma,

¹ Professor Assistente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto.

²As reflexões aqui expostas resultam do desenvolvimento do projeto “Construções subordinadas nas variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional” pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, sediado na Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto, sob coordenação da Profa. Dra. Erolde Goreti Pezatti.

seguindo Dias (2001, p. 25), entende-se que a relação Finalidade codifica o “movimento de uma origem para um objeto da finalidade no mundo das intenções”, ou seja, um deslocamento no esquema *origem-trajetória-meta* que pode sobrepor, ou não, o deslocamento no mundo físico ou pode ser projetado para o ato de fala.

Partindo dos trabalhos de Dias (2001a; 2001b; 2002; 2005; 2010), considera-se que construções finais codificam o movimento de uma origem, expressa na oração ou no segmento textual principal, para um objeto da finalidade no mundo das intenções, expresso na oração final. Esse movimento, segundo a autora, e conforme demonstram os exemplos em (1), pode dar-se em distintos níveis e planos, como no plano físico, no plano das intenções ou no plano do ato de fala.

- (1) a **Para confortá-lo no retorno**, levou consigo, como presente dos brasileiros, uma garrafa de pinga.
- b De repente me vêm partes inteiras do livro e eu consigo desenvolver o eixo central. Mas, **para brotar**, a narrativa leva um tempo que nunca é determinado por mim.
- c Ora, esse novo Brasil, que ele chama americano, **para indicar uma especificidade que o afasta do ibérico**, era sobretudo o Brasil meridional transformado pela imigração, sendo curioso que não tenha feito referência ao imigrante.
(cf. DIAS, 2005)

Conforme Dias (2005), (1a) exemplificam movimento, no plano físico, de uma origem, o evento de *levar consigo, como presente dos brasileiros, uma garrafa de pinga*, para um objeto de finalidade, uma meta, o evento de *confortá-lo no retorno*. Esse movimento no plano físico ocorre simultaneamente ao deslocamento no mundo das intenções. Já o movimento de finalidade em (1b) apresenta como meta o *brotar da narrativa*, e como origem *o tempo de criação*, que se confunde com a própria trajetória no mundo das intenções. Em (1c), por fim, o movimento de finalidade é projetado, pelo locutor, para o próprio ato de fala, de forma que a oração figura como uma interferência do locutor na sequência do fluxo discursivo.

Frente a tais considerações, o objetivo deste trabalho é descrever a relação Finalidade em português com base no modelo gramatical em níveis e camadas da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008). Tal descrição

permite visualizar os diferentes modos de formulação e de concepção da relação Finalidade, além de ilustrar as diferentes funções discursivas da oração final. Ao focalizar, especificamente, os níveis (Interpessoal e Representacional) e as camadas envolvidos na formulação da relação Finalidade, a intenção é verificar os contextos em que tal relação pode ser representada como uma função semântica, no Nível Representacional, como uma função retórica, no Nível Intepessoal, ou, ainda, como uma função interacional, também no Nível Intepessoal.

Enquanto material de análise, este trabalho se vale de ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha. Quando necessário, devido à escassez de algumas ocorrências nesse *corpus*, tomam-se exemplos retirados de outros trabalhos sobre a relação Finalidade, como Dias (2001a; 2001b; 2002; 2005; 2010), Neves (2011) e Antonio (2011).

É necessário destacar alguns recortes tomados. Primeiramente, o foco do trabalho está somente em orações finais encabeçadas por palavras gramaticais, como a preposição *para* e a conjunção *para que*, uma vez que, no âmbito do modelo da GDF, a articulação de orações por meio de palavras lexicais, como a conjunção lexical *a fim de que* (cf. (2a)) ou a preposição lexical *a fim de* (cf. (2b)), necessita de representações distintas nos níveis da formulação e da codificação. Em segundo lugar, excluem-se casos como (3), em que as orações iniciadas por *para* (cf. (3a)) ou por *para que* (cf. (3b)), mesmo preservando a leitura de finalidade, comportam-se como orações completivas nominais.

- (2) a Mandarei Aristides arear a placa, **a fim de que a homenagem se renove.** (NEVES, 2011, p. 884)
- b A vítima, desesperada, procurou as autoridades as autoridades policiais da Divisão de Vigilância Geral **a fim de pedir providências.**
- (3) a -> é uma lia[...], tratam de linhaça, que é a semente, que até é muito, diz que é muito bom **para deitar em vistas quando, quando está inflamado** (PT96: Linho)
- b não é, vê-se isso no mundo industrial, não é, em que se criam diferenças entre as pessoas que trabalham e... se procura que hajam interesses pessoais **para que, eh, cada um tenha qualquer coisa a defender e não haja espírito de que há... uma coisa colectiva a defender** (PT95: Grandes Cidades)

Por fim, conforme se observa com os exemplos em (1), serão tratados, aqui, alguns tipos de construções finais com diferentes graus de encaixamento ou de subordinação, ou seja, a articulação entre as unidades da relação Finalidade pode superar os limites da sentença. Isso significa que as orações finais, no âmbito da abordagem aqui trazida, não funcionam somente como modificadores de um núcleo (o que define, de modo geral, a subordinação adverbial), mas podem também sinalizar a organização discursiva e interacional. Dessa forma, a opção aqui, junto com Dias (2010), é não considerar os conceitos de subordinação ou de subordinação adverbial para a descrição da relação Finalidade. Além disso, no modelo da GDF, fenômenos como articulação de orações, encaixamento e subordinação são definidos no Nível Morfossintático, nível que não focaremos neste trabalho. O que se pode adiantar é que, sob a perspectiva que aqui se adota, os diferentes tipos de relação Finalidade envolveriam diferentes graus de articulação, ou de encaixamento, não podendo ser descritos somente como subordinação adverbial.

Este trabalho se estrutura da seguinte maneira: a primeira parte traz considerações a respeito do modelo teórico adotado, a GDF; a segunda caracteriza a *finalidade* como função semântica, como função retórica e, por fim, como função interacional. As considerações finais encerram o trabalho com uma síntese dessa proposta central.

1. A Gramática Discursivo-Funcional

A GDF, cuja arquitetura geral se representa na figura 1, assume uma visão modular de gramática, estruturada a partir de níveis e camadas que interagem entre si numa dinâmica *top-down*. Sua organização parte de dois processos fundamentais na produção linguística: a formulação, responsável por traduzir a intenção comunicativa do Falante em representações e categorias pragmáticas e semânticas, e a codificação, responsável por converter o *input* da formulação em estruturas e formas linguísticas. A formulação, assim, oferece material para os níveis Interpessoal e Representacional, enquanto a codificação é objeto dos níveis Morfossintático e Fonológico.

Cada um dos níveis distinguidos na GDF (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico) corresponde, respectivamente, aos níveis de análise linguística: pragmática, semântica, morfossintaxe e fonologia. Além disso, cada um se

estrutura de um modo particular; entretanto, todos apresentam uma organização hierarquicamente ordenada em camadas.

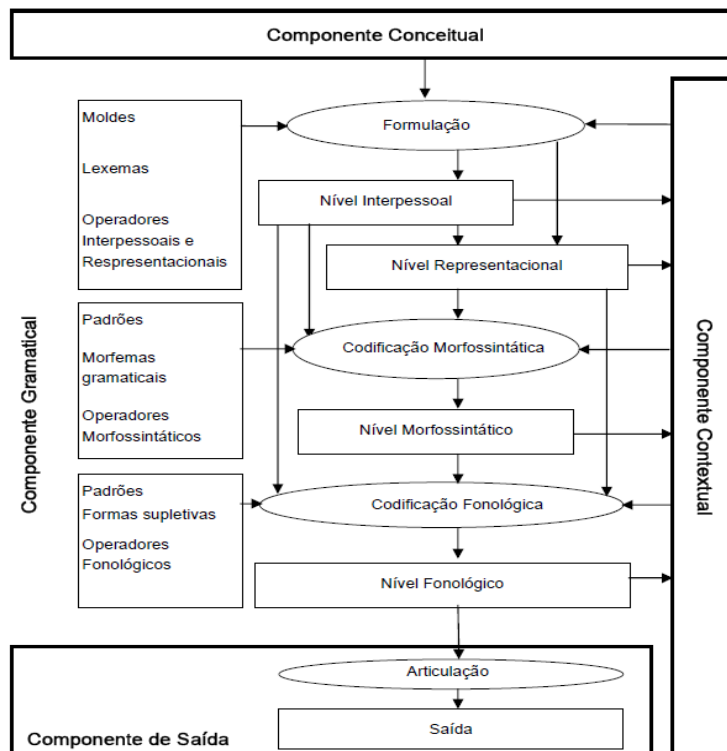


Figura 1. Arquitetura geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 46)

O Nível Interpessoal lida com os aspectos formais de uma unidade linguística que refletem o seu papel na interação entre o Falante e Ouvinte, ou seja, capta as propriedades formais envolvidas na interação entre Falante e Ouvinte, a serviço de alguma estratégia comunicativa do Falante em moldar sua mensagem para ganhar a atenção de seu ouvinte e/ou afetar, de algum modo, a sua (do ouvinte) informação pragmática. Na formalização abaixo, observa-se que a unidade de análise hierarquicamente mais alta nesse nível é o *Movimento* (M), que pode conter um ou mais Atos Discursivos (A). Um Ato Discursivo consiste em uma *Ilocução* (F), um ou mais *Participantes* do ato de fala (P) e o *Conteúdo Comunicado* (C). O *Conteúdo Comunicado*, por sua vez, pode conter um número variável de *Subatos Atributivos* (T) e *Subatos Referenciais* (R).

$$(M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}} (R_1)_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

Já o Nível Representacional descreve as propriedades semânticas das unidades linguísticas. A semântica, na GDF, deve ser compreendida em duas vias: (i) os modos como a linguagem se relaciona com o mundo extralinguístico que ela descreve, e (ii) os significados das unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional) isoladas do modo como são utilizadas na comunicação. As camadas desse nível, disponíveis na representação abaixo, são definidas em termos das categorias semânticas que elas designam: Conteúdos Proposicionais (p), Episódios (ep), Estados de Coisas (e), Conceito Situacional (f) e outras, como Indivíduo (x), Locação (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)^n (x_1)_\Phi \dots (x_{1+n})_\Phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\Phi]) \dots (e_{1+n})_{\{\Phi\}}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}] (p_1))$$

O Nível Morfossintático, por sua vez, trata dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Juntamente com o Nível Fonológico, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. Em vista dessa função, muito do que ocorre no Nível Morfossintático é funcionalmente motivado: princípios de ordenação são motivados por iconicidade, integridade de domínio e pela preservação de relações de escopo. Entretanto, deve-se levar em conta que esse nível tem seus próprios princípios de organização, que podem não ser funcionalmente motivados. Conforme a representação em (06), a camada mais alta do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (EL), ou seja, qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática; se houver mais de uma unidade dentro da EL, elas terão as mesmas propriedades morfossintáticas. As unidades que se combinam para formar a EL são: Orações (Cl), Sintagmas (Xp) ou Palavras (Xw).

$$(El_1: [Cl_1: [(Xw) (Xp_1: [(Xw) (Xp_2) (Cl_2)] (Xp_1)) (Cl_3)] (Cl_1)]) (El_1))$$

O Nível Fonológico, por fim, é responsável pelos aspectos de codificação que não ocorrem no Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* – alguns já na forma fonêmica – dos outros três níveis e provê o *input* para o Componente de Saída. Enquanto este último lida com questões relacionadas à frequência, intensidade, duração, o Nível Fonológico – sendo gramatical – é ‘digital’, e contém representações de fonemas que são baseadas em oposições fonológicas binárias.

2. Tipologia da relação adverbial Propósito em português

A proposta de tipologia aqui apresentada leva em conta as camadas articuladas na formulação da relação Finalidade. Do Nível Interpessoal, podem ser articuladas as camadas do Movimento, do Ato discursivo e do Conteúdo Comunicado; já do Nível Representacional, podem se articuladas as camadas do Conteúdo Proposicional, do Episódio e do Estado de Coisas.

É importante também especificar a noção de função aqui adotada. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 14), qualquer camada na GDF pode ser restringida por um núcleo, que a toma como seu argumento, e por um modificador. Além disso, as camadas podem ser especificadas por um operador podem conter uma função. Núcleos e modificadores representam estratégias lexicais, enquanto operadores e funções representam estratégias gramaticais. A diferença entre operadores e funções reside no fato de que as funções são relacionais, atuando entre uma unidade inteira e outras unidades da mesma camada, enquanto os operadores não, aplicando-se apenas à própria unidade.

Função, portanto, na GDF, é uma estratégia altamente gramaticalizada utilizada pelo Falante para estabelecer um vínculo, semântico ou pragmático, entre unidades linguísticas.

2.1 Finalidade como função semântica

No Nível Representacional, a presença de uma função semântica implica em uma relação de dependência entre uma unidade nuclear e uma unidade dependente. No caso da relação Finalidade, a função semântica pode ser atribuída a diferentes categorias semânticas, e a articulação entre a unidade dependente e a uma unidade nuclear pode ser representada de quatro formas distintas.

Pérez Quintero (2002), ao tratar da subordinação adverbial em inglês, distingue a Finalidade Eventiva da Finalidade Epistêmica. A oração final eventiva descreve um Estado de Coisas que constitui um objetivo a ser alcançado com relação à oração principal; já a oração finalepistêmica designa um Conteúdo Proposicional que figura como objetivo a ser atingido em relação à oração principal, o que dá expressão, também, à opinião do Falante. Essa distinção trazida por Pérez Quintero (2002) também se confirma nos dados aqui analisados.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 166), Estados de Coisas são entidades que podem ser localizadas no tempo e no espaço e podem ser avaliadas em termos de seu estatuto de realidade. Os exemplos em (4) trazem orações finais que designam Estados de Coisas, ou seja, orações finais eventivas, nos termos de Pérez Quintero (2002).

- (4) a então começaram a dizer que realmente al[...], muito tempo atrás, não foram definidos, tiraram amostras de pedras, não sei mais o quê, **para saber há quanto tempo que realmente aquela piscina tinha sido, sido cavada**, não é, engraçado.(Bras80: Fazenda)
- b Fingiu de dorminhoco **para que Sofia se distraísse**. (NEVES, 2011, p. 887)
- c Em Teresina, a cearense Jovita, de 18 anos, cortou o cabelo, vestiu roupa de homem e se apresentou como voluntário da pátria **para bater-se contra os monstros paraguaios**. (DIAS, 2001, p. 70)
- d E aí **pra comprovar o experimento dele**, que quando a gente faz um experimento, nós temos que comprovar né, ele foi lá e pegou, colocou um outro prato com a mesma carne e tampou com uma gaze muito fina. (ANTONIO, 2011, p. 212)

Conforme se observa nos exemplos em (4), a oração final designa um evento, um Estado de Coisas, e atua como modificador de um núcleo, a oração principal, que, por sua vez, pode designar ou um Estado de Coisas, como em (4a) e (4b), ou um Episódio, como em (4c) e (4d). A oração final eventiva pode, portanto, articular-se a um Estado de Coisas ou a um Episódio. As representações abaixo deixam mais clara essa sistemática.

- (4a) NI: (A: [DECL (C_i: tiraram amostras de pedras, não sei mais o quê (C_i)) (C_j: saber há quanto tempo que realmente aquela piscina tinha sido cavada (C_j))] (A));
NR: (e_i: [[e_j: [(tiraram amostras de pedras, não sei mais o quê) (e_j): (e_k: [(saber há quanto tempo que realmente aquela piscina tinha sido cavada) (e_k)_{Finalidade}]] (e_i)).
- (4b) NI: (A: [DECL (C_i: fingiu de dorminhoco (C_i)) (C_j: Sofia se distraísse (C_j))] (A));
NR: (e_i: [[e_j: [(fingiu de dorminhoco) (e_j): (e_k: [(Sofia se distraísse) (e_k)_{Finalidade}]] (e_i)).
- (4c) NI: (A: [DECL (C_i: em Teresina, a cearense Jovita, de 18 anos, cortou o cabelo (C_i)) (C_j: vestiu roupa de homem (C_j)) (C_k: se apresentou como voluntária da pátria (C_k)) (C_x: bater-se contra os monstros paraguaios (C_x))] (A));
NR: (ep: [(e_i: em Teresina, a cearense Jovita, de 18 anos, cortou o cabelo (e_i)) (e_j: vestiu roupa de homem (e_j)) (e_k: se apresentou como voluntária da pátria (e_k)) (ep):

(e_x: [(bater-se contra os monstros paraguaios) (e_x)**Finalidade**]) (ep)).

(4d) NI: (A: [DECL (C_i: ele foi lá (C_i)) (C_j: pegou (C_j)) (C_k: colocou um outro prato com a mesma carne (C_k)) (C_x: tampou com uma gaze muito fina (C_x)) (C_z: comprovar o experimento dele (C_z))] (A));

NR: (ep: [(e_i: ele foi lá (e_i)) (e_j: pegou (e_j)) (e_k: colocou um outro prato com a mesma carne (e_k)) (e_x: tampou com uma gaze muito fina (e_x)) (ep)]: (e_z: [(bater-se contra os monstros paraguaios) (e_z)**Finalidade**]) (ep)).

O primeiro caso (cf. (4a); (4b)), em que temos a articulação entre dois Estados de Coisas, é abordado por Dias (2001a) como prototípico pela sua alta frequência nos dados, e a oração final eventiva é descrita como *cláusula hipotática de finalidade canônica* (DIAS, 2001a; 2001b; 2002; 2005; 2010). Segundo a autora, a oração final, nesse caso, indica o fim ou o propósito de um sujeito predominante agentivo e controlador, ou melhor, ela delimita a informação contida na oração nuclear, restringindo a ação do sujeito ao colocar a sua vontade no movimento potencial da finalidade.

Nas representações de (4a) e de (4b), observa-se que, no Nível Representacional, as construções finais exemplificadas em (4a) e (4b) relacionam dois Estados de Coisas (e) de forma que um deles, o dependente, traz o propósito, a meta ou a finalidade da realização do outro, o nuclear. Em (4a), por exemplo, a realização do evento de *tirar amostras de pedras* tem como meta ou propósito o evento de *saber há quanto tempo que realmente aquela piscina tinha sido cavada*. Já em (4b), o evento de *distrair Sofia* é o objetivo da realização do evento de *fingir-se de dorminhoco*. Nos dois casos, há uma movimentação, tanto no mundo físico, como no mundo das intenções, de uma origem para um objeto de finalidade.

O segundo caso (cf. (4c); (4d)), em que temos a articulação entre um Estado de Coisas dependente e um Episódio nuclear, não foi encontrado em nosso *corpus* de análise, mas consta nos trabalhos de Antonio (2011) e Dias (2001a). Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 157) definem o Episódio como um conjunto de Estados de Coisas tematicamente coerentes, no sentido de que mostram unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l), e Indivíduos (x). Dessa forma, conforme consta nas representações de (4c) e (4d), pode-se dizer que, nos exemplos (4c) e (4d), a articulação da oração final eventiva se dá com um Episódio, isto é, com um conjunto de Estados de Coisas com unidade de tempo, localização e indivíduo.

Segundo Dias (2001a), há um subtipo da cláusula hipotática de finalidade canônica, denominada *delimitadora de resultado*, que apresenta, sintaticamente, articulação com a cláusula núcleo, mas, semanticamente, ela toma como escopo a sequência de ações que a antecede e/ou a sucede. Em (4c), o propósitoda sequência de eventos que transforma a figura de Jovita em um combatente da guerra do Paraguai está expressona oração final. Essa sequencia de eventos apresenta uma unidade em termos de Indivíduo, Locação e Tempo, e, assim, esse conjunto designa um Episódio, ao qual se articula o Estado de Coisas dependente, o de *bater-se contra os paraguaios*.

Antonio (2011), valendo-se dos diagramas da Teoria da Estrutura Retórica, mostra essa articulação da oração final com uma sequência de ações, conforme observamos no diagrama da figura 2. Em (4d), a sequência de eventos que envolve o experimento ali descrito tem como meta a comprovação desse mesmo experimento. A porção textual satélite (a oração final), contida em 1, está ligada a uma porção textual nuclear, contida em (4-6), que corresponde a uma sequência de três eventos coerentes em termos de Indivíduo, Lugar e Tempo, ou seja, a um Episódio. Tanto em (4c), como em (4d), encontra-se ainda o esquema *origem-trajetória-meta* no mundo das intenções, que sobrepõe o mundo físico.

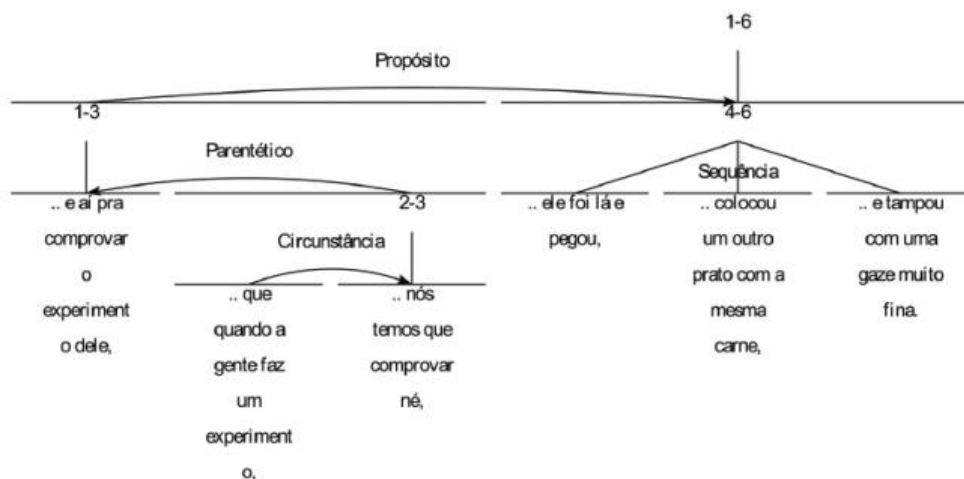


Figura 2. Oração final ligada a uma sequência de eventos (ANTONIO, 2011, p. 212)

Em (5), encontram-se exemplos de orações finais epistêmicas, isto é, de orações finais que designam Conteúdos Proposicionais. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 166), Conteúdos Proposicionais são construtos mentais que não existem no espaço ou no tempo, mas estão presentes na mente daqueles que os criam.

- (5) a segundo, ao mesmo tempo fazer publicação de leis **para que logo a seguir seja possível a aplicação de acções coercivas** - obrigar as pessoas a - outr[...], há muitas maneiras de acção coerciva, como disse, e depois continuar com a investigação científica para, cada vez mais, aumentar o nosso grau de conhecimentos. (Ang97: Guerra e Ambiente)
- b agora o que eu acho é que o povo deve 'conscienciar' que nós devemos trabalhar **para fortalecer essa democracia**, para desenvolver o país. (GB95: Democracia)
- c É preciso haver liberdade de espírito **para que possa haver educação intelectual**. (Neves, 2011, p. 888)
- d -> eles têm boa vontade. mas é que esta boa vontade não está bem dirigida. eu espero que no futuro as coisas tornam de uma maneira diferente **para que eles cheguem onde querem**. (CV95: AsMornas)

Em (5a), o que impulsiona o Falante a pensar em realizar o evento *defazer publicações* é a crença de *serem aplicadas, num futuro possível, acções coercivas*. Em (5b), por outro lado, a realização do evento de *trabalhar*, tomado como dever pelo Falante, tem propósito na crença desse Falante em *fortalecer a democracia*. Já em (5c), a crença numa *educação intelectual* é a finalidade da *necessidade de haver uma liberdade de espírito*, enquanto, em (5d), a esperança por um futuro melhor tem como fim o possível alcance de seus objetivos.

Conteúdos Proposicionais são avaliados em termos de sua verdade, isto é, como verdadeiros ou não. Somente eles podem ser avaliados em termos de atitudes proposicionais, como certeza ou dúvida, crença ou descrença, possibilidade ou impossibilidade. E são essas propriedades que reforçam o carácter proposicional das orações finais em (5) e das orações principais em (5c) e (5d). Dessa forma, nos exemplos em (5), a oração final designa uma proposição, um Conteúdo Proposicional (p), e atua como modificador de um núcleo (a oração principal), que pode designar um Estado de Coisas (e), como em (5a) e (5b), ou um Conteúdo Proposicional (p), como em (5c) e (5d). A oração finalepistêmica pode, portanto, articular-se a um Estado de Coisas ou a um Conteúdo Proposicional. As representações abaixo demonstram essa sistemática.

- (5a) NI: (A: [DECL (C_i: ao mesmo tempo fazer publicação de leis (C_i)) (C_j: logo a seguir seja possível a aplicação de acções coercivas (C_j))] (A));

NR: (e_i: [[e_j: [(ao mesmo tempo fazer publicação de leis) (e_j): (p_i: [(logo a seguir seja possível a aplicação de acções coercivas) (p_k)**Finalidade**]]] (e_i)).

(5b) NI: (A: [DECL (C_i: nós devemos trabalhar (C_i)) (C_j: fortalecer essa democracia (C_j))] (A));

NR: (e_i: [[e_j: [(nós devemos trabalhar) (e_j): (p_i: [(fortalecer essa democracia) (p_k)**Finalidade**]]] (e_i)).

(5c) NI: (A: [DECL (C_i: é preciso haver liberdade de espírito (C_i)) (C_j: possa haver educação intelectual (C_j))] (A));

NR: (p_i: [[p_j: [(é preciso haver liberdade de espírito) (p_j): (p_k: [(possa haver educação intelectual) (p_k)**Finalidade**]]] (p_i)).

(5d) NI: (A: [DECL (C_i: eu espero que no futuro as coisas tornam de uma maneira diferente (C_i)) (C_j: eles cheguem onde querem (C_j))] (A));

NR: (p_i: [[p_j: [(eu espero que no futuro as coisas tornam de uma maneira diferente) (p_j): (p_k: [(eles cheguem onde querem) (p_k)**Finalidade**]]] (p_i)).

O que se observa é que esses quatro primeiros tipos de relação Propósito se estabelecem, basicamente, no Nível Representacional e correspondem a uma função semântica atribuída a um Estado de Coisas (articulado a outro Estado de Coisas ou a um Episódio) ou a um Conteúdo Proposicional (articulado a um Estado de Coisas ou a outro Conteúdo Proposicional). No Nível Interpessoal, conforme demonstram as representações dos exemplos em (5), tanto a unidade principal como a unidade dependente correspondem a Conteúdos Comunicados. Para a GDF, que prima pelo alinhamento entre seus níveis, é natural que essas construções finais tenham uma representação interpessoal e uma representacional. O que se deve destacar é que a função que representa tal relação se dá somente no Nível Representacional, enquanto função semântica.

2.2 Finalidade como função retórica

No Nível Interpessoal, as propriedades interacionais que convergem das estratégias propositais do Falante são estudadas pelas disciplinas da *retórica* e da *pragmática*. A retórica se preocupa fundamentalmente com o modo como os componentes de um discurso são estruturados para alcançar a estratégia comunicativa do Falante e com as propriedades formais de um enunciado que influenciam o Ouvinte a aceitar os propósitos comunicativo-interacionais do Falante. Os aspectos das unidades linguísticas que refletem a estruturação

global do discurso são considerados, então, como *funções retóricas*. A pragmática, por outro lado, volta-se para o modo como os Falantes sinalizam, em suas mensagens, as suas expectativas em relação ao estado mental do Ouvinte. Tal estratégia reflete o que se chama na GDF de *funções pragmáticas* (cf. HENGEVELD & MACKENZIE, 2008).

O Movimento, camada mais alta no Nível Interpessoal, pode ser definido como uma contribuição autônoma para o avanço, para a continuidade, da interação. O núcleo de um Movimento pode se constituir de um único Ato Discursivo, como acontece no turno de L₁ em (6), um Movimento contendo um único Ato (um Ato interrogativo), ou de dois ou mais Atos, como acontece no turno de L₂ em (6). Quando um Movimento se constitui de mais de um Ato, a relação entre eles pode ser de equipolência ou de dependência. A relação de equipolência acontece quando o Falante dá aos Atos Discursivos envolvidos o mesmo estatuto comunicativo, como no turno de L₂ em (6).

- (6) L₁: vocês nunca entraram lá?
L₂: a gente entra, a gente faz aposta, sabe, de passar tempo lá, etc. (Bras80: Fazenda)

No exemplo (6), retirado do *corpus*, o Movimento de iniciação de L₁ provoca um Movimento de reação de L₂ que consiste de dois Atos, ambos com o mesmo contorno entoacional e com o mesmo estatuto comunicativo.

Já quando entre os dois há uma relação de dependência, o Falante estabelece uma desigualdade entre o estatuto comunicativo de cada Ato. Assim, tem-se um Ato nuclear e um Ato subsidiário, sendo atribuída a este uma função retórica (cf. (7)).

- (7) **o macarrão**, eu faço com bastante carne (Bras80: Macarronada)

Em (7), o Ato negrito corresponde a um Ato subsidiário a que se atribui a função retórica Orientação, já que ele está introduzindo um referente no discurso que é relevante para o desenvolvimento da interação.

Nos contextos em que a oração final se articula a um Ato imperativo (cf. (8)), a finalidade não se dá somente entre os dois Estados de Coisas ali designados, mas também, e principalmente, entre dois Atos discursivos. O escopo da finalidade não está somente no evento anterior, mas sim na ilocução imperativa que reveste o ato de fala dirigido pelo Falante ao seu Ouvinte.

- (8) a E preste bem atenção, para que depois não se assuste. (NEVES, 2011, p. 889)
 b Cuidemos para que o sol não vos queime a pele. (NEVES, 2011, p. 889)

Dessa forma, a relação Finalidade não mais corresponde a uma função semântica envolvendo Estados de Coisas ou Conteúdo Propositionais, no Nível Representacional, mas sim a uma função retórica que articula dois Atos Discursivos no Nível Interpessoal. Nos exemplos em (8), um Ato apresenta uma ilocução imperativa, e o outro, uma ilocução declarativa. O fato de haver duas ilocuições distintas em jogo no mesmo Movimento mostra a necessidade de se distinguir dois Atos como núcleos desse Movimento.

Em (9a), por exemplo, o Falante declara ao seu Ouvinte que o *não se assustar* é o propósito de sua (do Falante) ordem (de *prestar a atenção*) a ele (ao Ouvinte) dirigida. Já em (9b), a exortação (para que *se cuidem*) dirigida pelo Falante aos Ouvintes tem como finalidade o fato de *o sol não queimar*. A trajetória de uma origem a um objeto de finalidade se direciona, portanto, para o próprio ato de fala.

Isso revela uma relação de dependência entre os dois Atos. O Ato imperativo é o Ato nuclear por figurar como a peça de informação mais central do Movimento, já que a principal intenção do Falante ao produzir seu segmento de discurso é trazer uma ordem para seu Ouvinte. O Ato declarativo, por sua vez, é o Ato subsidiário, uma vez que apenas apresenta uma finalidade para a ordem expressa anteriormente, não configurando, assim, uma peça informacional chave para a intenção do Falante com seu Ouvinte na construção de seu Movimento. A esse Ato declarativo subsidiário é atribuído uma função retórica, o que constrói a relação Finalidade.

As representações de (8a) e (8b) ilustram essa articulação entre um Ato nuclear (a oração principal) e um Ato subsidiário (a oração final). No Nível Representacional, as orações articuladas designam Estados de Coisas. Destaca-se, entretanto, que a função que capta a relação Finalidade se dá entre dois Atos, enquanto função retórica.

- (8a) NI: (M_I: [(IMP A_I: preste bem atenção (A_I)) (DECL A_J: depois não se assuste (A_J))_{Finalidade}] (M_I));
 NR: (e_i: [[e_j: [(preste bem atenção) (e_j): (e_k: [(depois não se assuste) (e_k)] (e_i)).
- (8b) NI: (M_I: [(IMP A_I: cuidemos (A_I)) (DECL A_J: o sol não vos queime a pele (A_J))_{Finalidade}] (M_I));

NR: (e_i: [[e_j: [(cuidemos) (e_j): (e_k: [(o sol não vos queime) (e_k)]] (e_i)).

2.3 Propósito como função interacional

Orações como as negritadas em (9) preservam um pouco o sentido de finalidade, ou de propósito, porém não designam um evento ou fato que representa o objetivo de um estado designado por uma oração principal. Esse tipo de oração, conforme defende Dias (2001a), não se liga a uma oração principal, a uma oração núcleo; na verdade, elas constituem uma interrupção na continuidade tópica e codificam uma interferência do locutor no fluxo discursivo, o qual cria essa descontinuidade para esclarecer ou inserir alguma informação que julgue relevante para o desenvolvimento de seu discurso. São, portanto, exemplos de parênteses.

- (9) a eu quero lembrar que em setenta e sete, portanto ainda antes da data prevista, nós já tínhamos um milhão de estudantes nos vários níveis de ensino. portanto, e tínhamos, aliás, mais, **para ser mais correcta**, tínhamos, só no primeiro nível em setenta e sete, um milhão e vinte e seis mil. (Ang97:EnsinoAngola)
- b - sim. essa **para ser verdadeira** era um bocado, mas isso deve ser preciso uma paciência de Job para estar ali parado numa porta à espera que o pato passe. (PT97: BoaPontaria)
- c - hum, hum. e diga-me uma coisa: como é que, que ganhou essa ideia de coleccionar... selos, **para começar?** (CV95:Colecionismo)
- d Seja como for, o efeito de contraste criado por essa complacência indiscriminada – esse filistinismo, **para usar um termo mais adequado** – ao menos chama a atenção para um fato óbvio, banal e desenhado: tão-somente por via de nossas reações particulares e concretas a certos momentos deste ou daquele filme, bem como por via do exame crítico e teórico desses encontros, é que poderemos desenvolver uma convicção genuína da dignidade do cinema enquanto objeto de estudo. (DIAS, 2001a, p. 88)

Jubran (2006) parte da noção de tópico discursivo e da propriedade de centração dessa categoria para caracterizar os parênteses. O tópico discursivo é uma unidade analítica da perspectiva textual-interativa que se define a partir da centralidade e da organicidade do segmento discursivo; a centração, por sua vez, corresponde à “propriedade de concentração da interação verbal em um determinado conjunto de referentes concernentes entre si” (JUBRAN, 2006, p. 302). Dessa forma, durante a construção de um segmento tópico,

variados elementos são inseridos na unidade textual, mesmo não sendo coerentes a essa. Há dois tipos de inserções: (i) uma de maior extensão textual e com estatuto tópico, já que instaura uma nova contração dentro do segmento tópico em que ocorre, o que se chama de tópico inserido, e (ii) uma segunda de menor extensão textual e que não adquire o estatuto de tópico discursivo por não projetar uma nova contração e, assim, não projetar e desenvolver um outro tópico discursivo dentro daquele que vinha sendo desenvolvido.

Os parênteses integram-se nesse segundo grupo, constituindo-se como uma modalidade de inserção, definida como breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem (JUBRAN, 2006, p. 303).

Segundo Jubran (2006), há quatro classes de parênteses: (i) parênteses focalizadores da elaboração tópica do texto; (ii) parênteses com foco no locutor; (iii) parênteses com foco no interlocutor e (iv) parênteses focalizadores do ato comunicativo. As orações finais destacadas em (9) constituem parênteses que acentuam a presença do locutor e, portanto, são parênteses com foco no locutor, com a função de manifestar a atitude do locutor em relação ao tópico. (9a), por exemplo, deixa esse traço bem evidente, já que, ao contribuir com o fluxo da interação, trazendo a informação de que *em setenta e sete, tinham, no primeiro nível, um milhão e vinte e seis mil de estudantes*, o Falante deixa claro o propósito que o leva a contribuir com essa nova informação para a interação: *ser mais correto*. Tal aspecto também está presente em (9b): o Falante apresenta a nova informação de que *era um bocado, mas isso deve ser preciso uma paciência de Job para estar ali parado numa porta à espera que o pato passe* com o intuito de demonstrar, para o Ouvinte, sua (do Falante) atitude em *trazer a verdade* sobre os fatos. Na GDF, essas novas contribuições para o discurso correspondem a Movimentos no Nível Interpessoal. A relação Finalidade, nesses casos, parece ocorrer entre dois Movimentos.

Ao estabelecer as classes de parênteses, Jubran (2006) prevê uma gradualidade que diz respeito ao grau de proximidade da inserção parentética ao tópico discursivo. Assim, enquanto a classe (i) apresenta um grau maior de proximidade ao tópico discursivo e menor explicitação verbal da pragmática do texto, a classe (iv) apresenta um afastamento tópico máximo e uma maior aproximação do ato interacional, isto é, uma maior explicitação das condições pragmáticas envolvidas na construção textual. As orações finais

destacadas em (9), ao focalizarem o locutor, são parênteses de uma classe intermediária, já que acentuam a presença do(s) participante(s) da interação no texto, desviando um pouco do tópico para a instância de enunciação. Em (9c), por exemplo, o Falante, na tentativa de organizar a interação que se desenvolverá, considera que o seu Ato interrogativo é apenas uma forma de *começar* aquela interação. Tem-se, portanto, a expressão de uma atitude do Falante frente ao desenrolar do discurso e da interação, não se desviando totalmente do tópico conversacional. Novamente, a Finalidade parece ocorrer entre segmentos discursivos que contribuem para o desenvolvimento da interação, isto é, entre Movimentos.

Seguindo a proposta de Stassi-Sé (2012), esse tipo de relação Finalidade pode ser colocado entre os casos de *subordinação discursiva*. Nesses casos, a autora propõe que, no Nível Interpessoal, deve-se distinguir uma camada acima do Movimento: a camada do Discurso. Esta camada teria como núcleo o Movimento. Em se tratando de um núcleo complexo, com dois ou mais Movimentos, esses Movimentos estariam numa relação de dependência, podendo-se distinguir um Movimento central e um Movimento subsidiário, ao qual se atribui uma função interacional, conforme se demonstra nas representações abaixo.

- (9a) (D_I: [(M_I: tínhamos, só no primeiro nível em setenta e sete, um milhão e vinte e seis mil (M_I)) (M_J: ser mais correcta (M_J))Finalidade] (D_I))
- (9b) (D_I: [(M_I: essa era um bocado, mas isso deve ser preciso uma paciência de Job para estar ali parado numa porta à espera que o pato passe (M_I)) (M_J: ser verdadeira (M_J))Finalidade] (D_I))
- (9c) (D_I: [(M_I: diga-me uma coisa: como é que, que ganhou essa ideia de coleccionar... selos (M_I)) (M_J: começar (M_J))Finalidade] (D_I))
- (9d) (D_I: [(M_I: esse filistinismo (M_I)) (M_J: usar um termo mais adequado (M_J))Finalidade] (D_I))

Em (9d), o Subato Referencial *esse filistinismo* é um aposto que recategoriza toda o Subato Referencial anteriormente expresso (*o efeito de contraste criado por essa complacência indiscriminada*). A essa nova contribuição para o discurso, o Falantedemonstra seu intuito na recategorização: *usar um termo mais correto*. Têm-se, portanto, dois Movimentos ligados por uma Finalidade, representada como uma função interacional.

Considerações finais

A nossa proposta de tipologia para as construções finais em português, levando em conta os níveis e as camadas da GDF, assim como os diferentes tipos de funções por ela reconhecidas, pode ser descrita no esquema representado na figura 4.

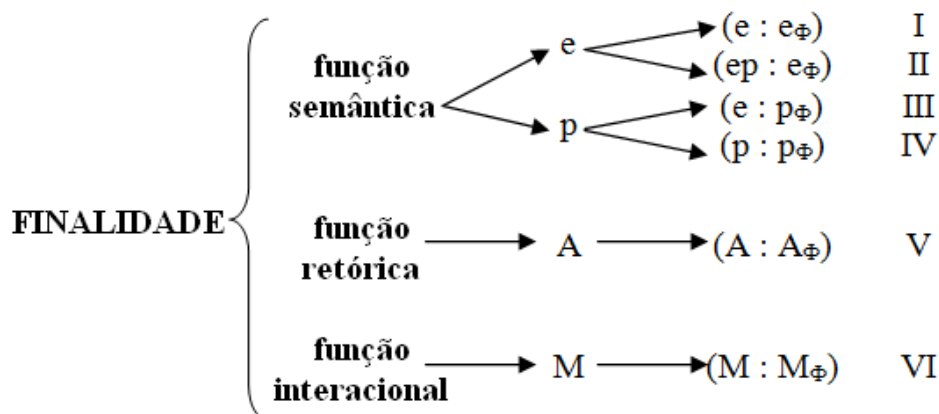


Figura 4. Tipologia da relação Finalidade em português

Os esquemas em I, II, III e IV ilustram as relações Finalidade que são capturadas, em termos de função semântica, no Nível Representacional: em I, a articulação final se dá entre dois Estados de Coisas; em II, entre um Estado de Coisas e um Episódio; em III, entre um Conteúdo Proposicional e um Estado de Coisas; e, por fim, em IV, entre dois Conteúdos Proposicionais. Já os esquemas em V e VI mostram construções finais com funcionamento interpessoal, representadas ou como uma função retórica atribuída a um Ato subsidiário, ou com uma função interacional atribuída a um Movimento subsidiário.

Referências bibliográficas

ANTONIO, J. D. Expressão da relação retórica de propósito em elocuções formais e entrevistas orais. *Calidoscópico*, Vol. 9, n. 3, 2011, p. 206-215.

DIAS, N. B. *As cláusulas de finalidade*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, São Paulo, 2001a.

_____. A articulação das cláusulas de finalidade: uma análise funcionalista. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2001b, p. 67-76.

_____. As funções discursivas das cláusulas de finalidade. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, 2002, p. 137- 148.

_____. Cláusulas de finalidade: relações gramaticais convergentes e divergentes na fala e na escrita. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 34, 2005, p. 527-532.

_____. As cláusulas de finalidade no português do Brasil: uma proposta. In: MARÇALO, J. *et al.* *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Anais SIMELP, Universidade de Évora, 2010. p. 152-171.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUZA, E. R. F. *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. Trad. De Marize Mattos Dall’Aglío-Hattnher. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43-85.

JUBRAN, C. C. S. Parentetização. JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 89-132.

NEVES, M. H M. *Gramática de usos do português*. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

PÉREZ QUINTERO, María Jesús. *Adverbial Subordination in English: A Functional Approach*. Amsterdam and New York, NY: Rodopi, 2002.

STASSI-SÉ, J. *Subordinação discursiva no português à luz da Gramática Discursivo-Funcional*. São José do Rio Preto, 2012, 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. 2012.